

*Brasília, 30 de junho de 2026*

---

Seleção

---

# Sumário

## Migalhas

Segunda-feira, 29 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

**O caso Pix e o alcance do alto renome ..... 3**

## Exame.com

Segunda-feira, 29 de junho de 2026 | Pirataria

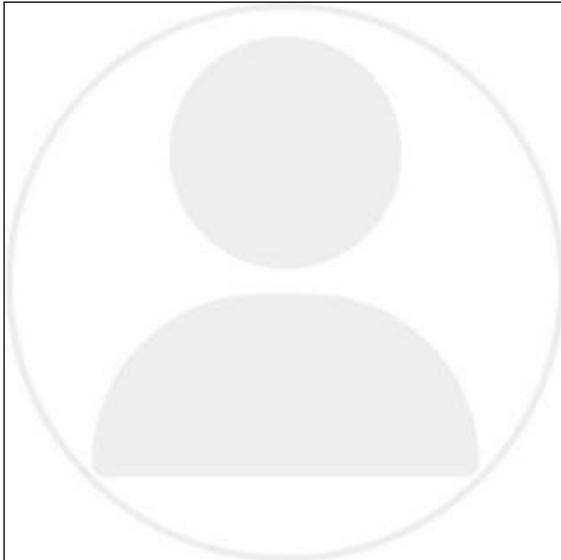
**Mercado Livre e FIFA se unem contra falsificação na Copa do Mundo 2026 ..... 5**

## Radar Online - Veja.com

Segunda-feira, 29 de junho de 2026 | Propriedade Intelectual

**Adidas enfrenta disputa por direitos sobre bola da Copa do Mundo ..... 6**

## O caso Pix e o alcance do alto renome



O caso Pix e o alcance do alto renome Natascha Ballesterio Barão e Thaís Guimarães Alves Boyd O **INPI** declarou a marca do Pix como de alto renome, garantindo proteção total e inovando ao conceder o direito a um órgão público. segunda-feira, 29 de junho de 2026

Atualizado em 26 de junho de 2026 17:17

Em junho de 2026, o **INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial** reconheceu a marca mista PIX POWERED BY BANCO CENTRAL como de alto renome. A decisão chama a atenção não apenas pela relevância do sinal em si, mas também por seu caráter inédito: trata-se da primeira marca vinculada a um ente público a alcançar esse reconhecimento.

Na prática, o alto renome - previsto no art. 125 da lei da **propriedade industrial** (lei 9.279/96) - funciona como uma exceção ao princípio da especialidade. Em regra, uma marca é protegida apenas em relação aos produtos ou serviços (incluindo os afins) para os quais foi registrada. No entanto, quando há o reconhecimento do alto renome, essa proteção se amplia e passa a abranger todos os ramos de atividade econômica.

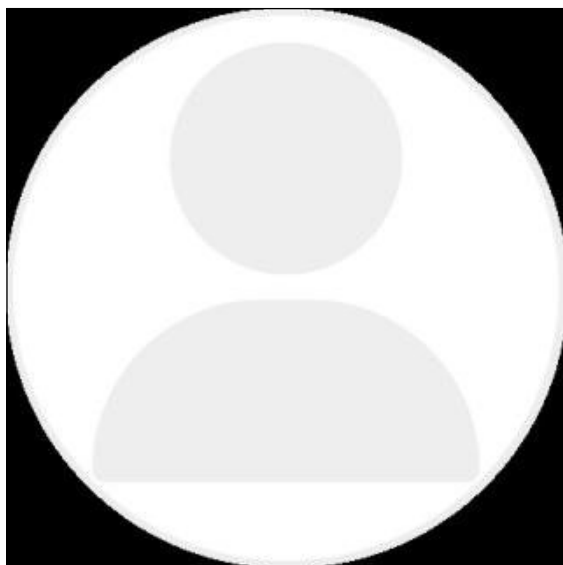
Essa proteção mais abrangente reside no fato de que determinadas marcas atingem grau de notoriedade e prestígio que transcende o mercado específico de

atuação. Nessas hipóteses, o ordenamento jurídico reconhece que a proteção ordinária pode se mostrar insuficiente para coibir práticas como associações indevidas, aproveitamento parasitário e a diluição da distintividade do sinal.

Atualmente, os critérios para esse reconhecimento estão previstos principalmente nas portarias **INPI** 25/25 e 08/22. Fundamentalmente, exige-se a demonstração de três aspectos: (i) amplo conhecimento da marca por uma parcela relevante da população brasileira; (ii) associação da marca a atributos positivos, como reputação e confiança; e (iii) elevado grau de distintividade.

No caso do Pix, a decisão do **INPI** reflete a grande aceitação e o prestígio do sistema no cotidiano brasileiro. Desde o seu lançamento, em 2020, o sistema de pagamentos instantâneos passou a fazer parte da rotina de milhões de pessoas, tornando-se uma das iniciativas mais bem-sucedidas do Banco Central.

Esse reconhecimento também é relevante porque amplia o olhar sobre o instituto do alto renome. Embora a legislação não faça distinção entre o setor público e o privado para a obtenção desse direito, a tradição mercadológica sempre associou o alto renome a empresas particulares. O caso do Pix, entretanto, materializa essa prerrogativa legal, demonstrando na prática que o poder público pode obter grandes benefícios ao investir na busca pela proteção especial prevista no art. 125.



Thaís Guimarães Alves Boyd Thaís Guimarães Alves Boyd

A partir desse cenário, torna-se igualmente interessante examinar os desdobramentos práticos dessa decisão sob a perspectiva do direito marcário. De início, observa-se que o termo "Pix", por si só, já integrava um expressivo conjunto de marcas registradas por diferentes titulares em diversos setores mercadológicos - inclusive na classe 36, relativa a serviços financeiros e monetários. Assim, a condição de alto renome conferida à marca mista PIX POWERED BY BANCO CENTRAL não retroage para alcançar direitos previamente adquiridos. Consequentemente, esses titulares poderão exercer o direito de uso sobre seus respectivos sinais, a despeito de também conterem o termo "Pix". Os efeitos prospectivos - e não retroativos - da declaração de alto renome é entendimento assente do STJ1.

Para os pedidos de registro de marcas em nome de terceiros ainda pendentes de exame, caberá aos examinadores do **INPI** avaliar o grau de distintividade do sinal requerido. Essa análise é importante notadamente quando o termo "Pix" for apresentado em conjunto com outros elementos e em setores produtivos ou comerciais nos quais já esteja presente em marcas de titulares diversos. Isso porque o reconhecimento do alto renome deu-se à marca mista PIX

POWERED BY BANCO CENTRAL (tecnicamente ao seu logotipo), o que implica, em princípio, proteção ao conjunto formado pela estilização e pelo elemento nominativo - e não necessariamente ao termo nominativo de forma isolada.<sup>2</sup>

Por conseguinte, ganha relevo a distinção entre os usos legítimos e indevidos do elemento "Pix" no contexto marcário, de modo que a análise sobre o uso de sinais que o contêm deve considerar as particularidades de cada caso concreto. Ainda assim, o reconhecimento da condição de alto renome da referida marca do Banco Central reforça a relevância dos ativos de **propriedade industrial** desenvolvidos pelo setor público. Mais do que proteger um sinal marcário, a decisão publicada pelo **INPI** evidencia que a **propriedade industrial** pode exercer um papel estratégico na execução de políticas públicas e na prestação de serviços de interesse coletivo.

1. STJ - REsp: 1787676 RJ 2017/0297188-0, Relator.: Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Data de Julgamento: 14/09/2021, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 21/09/2021.

2. "A análise de colidência entre marcas deve ser realizada a partir de uma perspectiva global, considerando a impressão de conjunto dos signos e não a comparação isolada de seus elementos." TRF-2 - Apelação Cível: 50964440620214025101, Relator.: JOSE CARLOS DA SILVA GARCIA, Data de Julgamento: 05/08/2025, **Propriedade Intelectual** (Turma).

Natascha Ballester Barão Advogada especialista em **Propriedade Intelectual** na ClarkeModet Brasil, com formação em Direito Civil e Processual Civil (FGV-Rio) e em perícias judiciais em **Propriedade Intelectual** (ABAPI).

ClarkeModet Brasil Thaís Guimarães Alves Boyd Advogada especialista em **Propriedade Intelectual** na ClarkeModet Brasil, com formação em Direito Processual Civil (UNESA).

ClarkeModet Brasil

## Mercado Livre e FIFA se unem contra falsificação na Copa do Mundo 2026



Parceria busca retirar anúncios irregulares da plataforma e proteger consumidores durante a Copa do Mundo 2026

A Fifa passou a fazer parte do Mercado Livre Anti-Counterfeiting Alliance (MACA), iniciativa voltada ao combate à **falsificação** e à **pirataria** digital na América Latina. A adesão fortalece a cooperação entre a entidade esportiva e o Mercado Livre para identificar e conter a comercialização de produtos irregulares relacionados à Copa do Mundo.

O volume de interesse por esses itens reforça a necessidade da iniciativa. Em maio de 2026, as pesquisas por produtos ligados à Copa do Mundo no Mercado Livre alcançaram uma média de 105 buscas por minuto em toda a região.

A parceria prevê ações para localizar e retirar da plataforma anúncios que violem os direitos de **propriedade intelectual** da Fifa sobre suas competições. As duas organizações também atuam em conjunto com autoridades responsáveis para apoiar a apreensão de mercadorias falsificadas.

Entre os principais alvos das operações estão bolas de futebol e camisas esportivas. A proposta é interromper a atuação de redes envolvidas na comercialização desses produtos, reduzindo impactos aos consumidores e protegendo a reputação das marcas oficiais.

A iniciativa também busca assegurar que os milhões de usuários do Mercado Livre tenham acesso a produtos autênticos durante suas compras na plataforma.

"No Mercado Livre, jogamos como um time. Essa aliança com a Fifa nos permite continuar protegendo nossos usuários e as marcas que confiam em nossa plataforma, promovendo um comércio mais justo e transparente", afirmou Paula Fernandez Pfizenmaier, Diretora de **Propriedade Intelectual** do Mercado Livre.

"A Fifa trabalha intensamente para proteger sua **propriedade intelectual** e os direitos concedidos aos parceiros e licenciados oficiais da entidade. O trabalho em equipe e a liderança demonstrados pelo Mercado Livre por meio desta importante e eficaz aliança representam um pilar fundamental do programa antifalsificação da Fifa e um passo importante para garantir que os torcedores tenham a tranquilidade de adquirir produtos autênticos e de alta qualidade", destacou Lynn Carrillo, Diretora Jurídica Comercial da Fifa.

A cooperação também integra uma relação comercial mais ampla entre as duas organizações. Nesse contexto, o Mercado Livre atua como Official Supplier LATAM da Copa do Mundo Fifa 2026, enquanto a nova aliança amplia as iniciativas voltadas à proteção da **propriedade intelectual** e ao combate à **pirataria** no comércio eletrônico.

# Adidas enfrenta disputa por direitos sobre bola da Copa do Mundo



Designer alemão pede à União Europeia a anulação do registro da Trionda e afirma que desenho reproduz conceito criado por ele

Economia

Adidas enfrenta disputa por direitos sobre bola da Copa do Mundo

Por Ernesto Neves

SEGUIR

SEGUINDO

29 jun 2026, 17h41 | Atualizado em 29 jun 2026, 17h45

Priorizar nos meus resultados Google

A Adidas enfrenta uma disputa na União Europeia pelos direitos de **propriedade intelectual** da Trionda, bola oficial da Copa do Mundo de 2026.

Um designer alemão pediu a anulação do registro do produto, alegando que o desenho reproduz um conceito desenvolvido por ele anos antes.

A contestação foi apresentada por Marius Dittmar ao Escritório de **Propriedade Intelectual** da União Europeia (EUIPO).

Segundo o designer, o formato de quatro painéis da Trionda é essencialmente igual ao de uma bola criada por sua empresa, a 142k, e não reúne os requisitos de originalidade exigidos para receber proteção legal.

Caso o pedido seja aceito, rivais da Adidas poderão lançar bolas com design semelhante sem infringir os direitos registrados pela fabricante alemã.

Disputa gira em torno do formato da bola

O conflito não envolve a tecnologia embarcada nem a identidade visual da Trionda, mas exclusivamente a geometria da bola.

Dittmar afirma que foi pioneiro no desenvolvimento de um modelo formado por apenas quatro painéis, uma ruptura em relação ao tradicional desenho de 32 gomos que predominou por décadas no futebol.

Segundo ele, esse conceito já aparecia em um pedido de patente publicado nos Estados Unidos em 2008, o que, em sua avaliação, impede que a Adidas reivindique exclusividade sobre o formato.

Adidas diz que desenho é original

A fabricante contesta a acusação e afirma que sua bola possui características próprias.

Segundo a empresa, embora ambos os modelos utilizem quatro painéis, diferenças nas curvas das costuras, nas proporções das peças e na configuração geral criam um desenho distinto.

A Adidas também argumenta que outros elementos da Trionda, como a textura e o padrão gráfico, possuem proteção independente por meio de registros de **desenho industrial** e de marca.

A empresa informou que a disputa não terá impacto comercial e afirmou que continuará vendendo normalmente a bola oficial da Copa, independentemente da decisão do órgão europeu.

Bola é peça estratégica para a marca

Mais do que um equipamento esportivo, a bola oficial da Copa representa um dos principais ativos de marketing da Adidas.

A empresa fornece as bolas do torneio desde 1970 e utiliza cada edição para apresentar novas tecnologias.

A Trionda incorpora um sensor capaz de transmitir dados em tempo real aos árbitros, recurso integrado ao sistema de **arbitragem** da Fifa.

Além da bola, a Adidas fornece uniformes para 14 seleções participantes do Mundial, reforçando sua presença comercial no principal evento do futebol.

---

Continuação: Adidas enfrenta disputa por direitos sobre bola da Copa do Mundo

Proteção intelectual vale milhões

A disputa evidencia a importância da **propriedade intelectual** no mercado de artigos esportivos.

À medida que os avanços na fabricação permitiram reduzir o número de painéis e alterar a estrutura das bolas, o desenho passou a ser considerado um diferencial competitivo, capaz de influenciar desempenho, aerodinâmica e custos de produção.

Especialistas em direito da **propriedade intelectual** avaliam que, mesmo se perder o registro do formato, a Adidas continuará protegida pela força de sua marca e de outros direitos associados ao produto.

Decisão sai nos próximos meses

O Escritório de **Propriedade Intelectual** da União Europeia deu prazo até agosto para que a Adidas apresente sua defesa.

Após analisar as manifestações das duas partes, o órgão decidirá se mantém ou cancela o registro do desenho da Trionda, numa decisão que poderá influenciar o mercado de bolas esportivas e definir até onde empresas podem reivindicar exclusividade sobre inovações de design.

TUDO SOBRE A COPA,

EM UM SÓ LUGAR

VER COBERTURA COMPLETA

# Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório   INPI .....	1,2
Pirataria .....	3
Propriedade Industrial .....	1,2
Propriedade Intelectual .....	1,2,3,4,5